

Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV

DIANA FONTÃO

Universidade do Porto, Instituto de Filosofia, SMELPS

<https://doi.org/10.21747/978-989-9193-14-7/inc12a8>

Sumário

Apresentação do projeto de dissertação de mestrado dedicado ao estudo da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Aborda em particular a estrutura organizativa da dissertação, que pretende proporcionar uma análise multidisciplinar do objeto de estudo. Assim, observando separadamente o suporte em que a crónica se encontra registada, bem como a tradição discursiva em que se insere, e ainda as fontes utilizadas na composição, é possível compreender o contexto em que ocorre a sua redação. Por fim, é ainda examinada a receção que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* teve na era moderna através dos seus três testemunhos conhecidos.

Palavras-chave: Codicologia; Historiografia do século XV; Linguística histórica; Livros de inquirições.

Abstract

Presentation of the master's thesis project dedicated to the study of the *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. It addresses the organizational structure of the dissertation, which aims to provide a multidisciplinary approach to the object of study. Therefore, by separately analyzing the medium in which the chronicle is recorded, as well as the discursive tradition in which it is inserted, and the sources used in the composition, it is possible to understand the context in which its writing takes place. Finally, it also examines the reception that the *Crónica Breve do Arquivo Nacional* had in the modern era through its three known testimonies.

Keywords: 15th century historiography; Codicology; Historical linguistics; Inquiry books.

Nota Introdutória

Este artigo parte do texto apresentado no XV Workshop de Estudos Medievais em abril de 2023. À época, a dissertação encontrava-se ainda incompleta, tendo sofrido posteriormente uma alteração significativa: foi alterado o título. Aquando da apresentação, a dissertação tinha como título provisório *Crónica Breve do Arquivo Nacional: os livros de inquirições e a historiografia do século XV*, designação do projeto em que se inseria e que foi utilizada tanto na apresentação como neste artigo que se lhe segue. Contudo, esta designação não era compatível com o percurso de investigação que a dissertação tomou, tendo optado por um título final mais adequado: *Uma Memória Anónima: a Crónica Breve do Arquivo Nacional*.

1. Tema

A dissertação tem como objeto de estudo a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* (CBAN), texto historiográfico datado de 1429 e registado nos fólios 6v-7v do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. O texto tem uma estrutura informativa na qual são descritas as vidas dos primeiros sete governantes masculinos do território português: o conde Henrique, Afonso Henriques, Sancho I, Afonso II, Sancho II, Afonso III e Dinis. Cada capítulo é conciso, limitando-se a compilar a informação relativa aos seguintes elementos: de quem descendem; com quem casaram; os filhos que tiveram; quando nasceram ou quando começaram a reinar; quando morreram; e a localização do seu túmulo. Inclui ainda um prómio, no qual é descrito o objetivo da composição do texto. De acordo com esse parágrafo introdutório, a crónica era usada para detetar documentos com datas falsas, uma vez que nela constariam as verdadeiras datas dos reinados dos reis portugueses.

A CBAN tem vindo a ser considerada um texto secundário da historiografia portuguesa medieval. Apesar de ter sido estudada devido à sua relação com outros textos, nunca foi objeto de um estudo de investigação próprio. Por esse motivo, a minha dissertação tem dois objetivos principais: enquadrar a CBAN no âmbito da historiografia do século XV e descrever o contexto histórico da sua redação. Assim, a dissertação tem como premissas o estudo do registo material da crónica e do seu conteúdo.

2. Enquadramento histórico

A *Crónica Breve do Arquivo Nacional*, assim designada por Alexandre Herculano, foi por ele editada em 1856 no primeiro volume dedicado aos *Scriptores dos Portugaliae Monumenta Historica*¹, acreditando que seria, de acordo com a introdução, o mais antigo texto historiográfico português em vulgar. O texto foi também editado por José Joaquim Nunes com o título *História Sumária dos Primeiros Seis Reis* em 1932² e por Alfredo Pimenta em 1948 com a designação *Memória Anónima da Torre do Tombo*³. Mais recentemente, em 1986, Fernando Venâncio Fonseca estudou e publicou a crónica em edições fac-similada, paleográfica e crítica⁴.

Apenas este estudo de Fernando Venâncio Fonseca é dedicado exclusivamente à crónica. Porém, consiste maioritariamente numa apresentação do texto e num resumo das publicações anteriores acerca do mesmo. A primeira dessas publicações é de Luís Filipe Lindley Cintra, que menciona a crónica na sua Introdução à *Crónica Geral de Espanha de 1344*⁵. Nesta publicação, o autor lançou importantes pistas quanto à relação entre a CBAN, a *Crónica de Portugal de 1419*, a *Primeira Crónica Portuguesa*, e ainda indica a possibilidade de esta se relacionar com os Anais portugueses ao nível das datas.

Em 1956, Artur de Magalhães Basto estudou um testemunho da crónica⁶, registado no manuscrito 86 da Biblioteca Pública Municipal do Porto, questionando se esta seria uma cópia de outro original, a partir do qual teria também sido reproduzido o registo de 1429 no Livro 4 de Inquirições de Afonso III, hipótese que foi já refutada por Filipe Alves Moreira. Foi este último autor quem, na sua tese de doutoramento⁷, estudou mais profundamente a CBAN, observando a sua relação em primeiro lugar com a *Crónica de Portugal de 1419*, sem descurar os pontos em que, na sua opinião,

1 *Portugaliae Monumenta Historica. Scriptores*, ed. Alexandre Herculano (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1856), vol. 1, fasc. 1, 22-23.

2 *Florilégio da Literatura Portuguesa Arcaica*, ed. José Joaquim Nunes (Lisboa: Imprensa Nacional, 1932), 99-102.

3 *Fontes Medievais da História de Portugal: anais e crónicas*, ed. Alfredo Pimenta (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1948), 48-54.

4 Fernando Venâncio Peixoto da Fonseca, “Crónica Breve do Arquivo Nacional”, *Boletim de Trabalhos Históricos* 37 (1986): 191-206. <https://www.amap.pt/r/file/368>

5 Luís Filipe Lindley Cintra, “Introdução”, in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951), CCCLII-CCCLIII.

6 Artur de Magalhães Basto, “A «Rrenembrancha» dos Reis da «Torre do Tombo Real»”, in *Estudos: Cronistas e crónicas antigas. Fernão Lopes e a «Crónica de 1419»* (Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, 1959), 347-352.

7 Filipe Alves Moreira, “A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010): 239-244.

estaria mais próxima da *Primeira Crónica Portuguesa*. Posteriormente, este autor analisou também a crónica e a refundição que se encontra no *Tratado Geral da Nobreza*, incluindo ambas entre os sumários de crónicas portuguesas⁸.

Também Maria Filomena Barros teceu algumas considerações acerca da CBAN, em particular quanto à sua relação com os textos que se lhe seguem no Livro 4 de Inquirições de Afonso III, alusivos às comunidades muçulmanas em Portugal no século XV⁹. Ainda que este estudo não seja acerca da crónica, é relevante para a análise codicológica, sobretudo para a compreensão da contextualização do testemunho de 1429 no manuscrito em que se encontra registada.

3. Metodologias

Esta dissertação não se apoia numa metodologia em particular, uma vez que se procura desenvolver um estudo multidimensional da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. Por esse motivo, recorreu-se a uma abordagem interdisciplinar. Em primeiro lugar foi utilizada a metodologia da codicologia¹⁰, de forma a analisar a totalidade do códice no qual a crónica se encontra registada, o Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Foi dada especial atenção às técnicas utilizadas na produção dos fólios, às mãos que o redigiram e aos signatários que é possível identificar em alguns textos. Esta metodologia foi essencial para a compreensão do contexto de redação da crónica.

Foram também utilizadas ferramentas da linguística histórica, em particular da pragmática histórica¹¹ e das tradições discursivas¹². Através destas metodologias, a CBAN foi dividida nos seus atos discursivos e comparada com a *Primeira Crónica Portuguesa*, identificando-se uma relação de dependência, e possivelmente de imitação, a nível estrutural entre a primeira e a segunda. Estas metodologias permitiram

8 Filipe Alves Moreira, “Os Sumários de Crónicas Portuguesas: textos, contextos, paratextos”, *Cahiers d'études hispaniques médiévales* 35 (2012): 79-92.

9 Maria Filomena Lopes de Barros, *A Comuna Muçulmana de Lisboa: sécs. XIV e XV* (Lisboa: Hugin, 1998), 63-69.

10 Pilar Ostos, María Luisa Pardo, Elena E. Rodríguez, *Vocabulario de codicología* (Versión española revisada y aumentada del *Vocabulaire codicologique* de Denis Muzerelle) (Madrid: Arco/Libros, 1997); Elisa Ruiz, *Manual de Codicología* (Madrid: Fundación Germán Sánchez Ruipérez, 1988).

11 Clara Barros, “Pragmática histórica: perspectivas de alargamento da metodologia de análise de textos medievais”, in *Actas do Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto*, vol. 1 (Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002), 131-139.

12 Johannes Kabatek, “¿Cómo investigar las tradiciones discursivas medievales? El ejemplo de los textos jurídicos castellanos”, in *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica: descripción gramatical; pragmática histórica; metodología* (Frankfurt: Vervuert Verlag; Madrid: Iberoamericana, 2001), 97-132.

compreender o processo de composição da crónica. Para além disso, foram essenciais na identificação da evolução semântica na CBAN.

A dissertação teve ainda como base a crítica textual¹³ quanto à relação entre a CBAN com as suas fontes e as teorias da receção¹⁴ quanto à relação entre o testemunho medieval do Livro 4 de Afonso III e os posteriores, já da época moderna. Estas metodologias foram fundamentais para a contextualização da crónica na historiografia portuguesa, não só permitindo identificar as suas ligações com os textos que a precederam, mas também para examinar a continuidade que conheceu.

4. Estrutura da dissertação

A dissertação encontra-se dividida em seis capítulos, de forma a abordar distintos estudos em torno da *Crónica Breve do Arquivo Nacional*. O primeiro capítulo introduz a CBAN, o estado da arte e também a sua situação editorial. Contém ainda um subcapítulo no qual é debatida a designação CBAN, uma vez que nem sempre foi essa a sua denominação, tanto nos estudos que a mencionam, como nas edições que dela foram produzidas¹⁵. Era imprescindível, por isso, não só elencar o que já se conhece acerca do texto, mas também refletir acerca da sua designação, que é sintomática do modo como foi encarada por diferentes investigadores. Uma vez que a dissertação inclui, em anexo, uma edição da CBAN, é também justificada a opção de manter a designação mais antiga.

O capítulo seguinte é dedicado ao estudo codicológico do Livro 4 de Inquirições de Afonso III. Este capítulo encontra-se dividido em duas partes: a primeira aborda o estudo da totalidade do códice e segunda é dedicada apenas aos fólios 6v-7v, nos quais se encontra o testemunho mais antigo da CBAN. A divisão do estudo codicológico em duas partes deve-se à necessidade de contextualizar o texto no manuscrito em que se encontra registada. Por esse motivo, na primeira parte do capítulo são elencadas as características do manuscrito e quais os textos que aí se encontram compilados. Desta forma, procura-se não só esclarecer quais eram esses textos, mas também qual a relação

13 Segismundo Spina, *Introdução à Edótica* (São Paulo: Cultrix Editora da Universidade de São Paulo, 1977); Alberto Blecha, *Manual de Crítica Textual* (Madrid: Editorial Castalia, 1983).

14 Robert Hans Jauss, *Toward an Aesthetic of Reception* (Brighton: The Harvester Press, 1982).

15 Como foi já mencionado anteriormente, a crónica foi também editada com o título *História Sumária dos Primeiros Seis Reis e Memória Anónima da Torre do Tombo*, para além de ter sido estudada com a designação do *incipit*, *Renembrancha*. Todas as edições disponíveis até ao momento encontram-se elencadas em: Isabel Vilares Cepeda, *Bibliografia da Prosa Medieval em Língua Portuguesa: subsídios* (Lisboa, Ministério da Cultura; Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 1995), 71.

entre o Livro 4 de Afonso III e os outros vinte e três livros de Inquirições que se encontram arquivados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Este estudo permite ainda identificar alguns dos intervenientes na produção do livro, o que se mostra relevante quanto à sua datação e contexto de redação. No que toca às particularidades dos fólhos 6v-7v, é tida em conta a sua decoração, letra e regramento, que são distintos dos outros fólhos do manuscrito.

O estudo do conteúdo da crónica inicia-se no capítulo 3, dedicado à análise linguística. O capítulo apresenta uma perspetiva comparativa, contrastando os atos discursivos e a evolução semântica da CBAN com a *Primeira Crónica Portuguesa*. Está também dividido em duas partes: a primeira é dedicada à análise sincrónica da tradição discursiva da crónica e a segunda à análise diacrónica da evolução semântica do campo lexical da morte. A versão da *Primeira Crónica Portuguesa* consultada neste estudo foi a edição de Filipe Alves Moreira e Luísa Paolinelli do seu testemunho escrito mais completo, a *IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra*¹⁶. O estudo do molde de tradição discursiva permite identificar uma relação de proximidade estrutural entre ambos os textos, levando a crer que provavelmente a *Primeira Crónica Portuguesa* foi utilizada como modelo na composição da CBAN. Já a segunda parte do estudo, focada na evolução semântica do campo lexical da morte, demonstra como na redação da CBAN se inovou ao utilizar termos mais recentes, possivelmente mais formais no tratamento dos temas da morte. Esta observação é fundamental para a identificação da época da escrita da crónica.

O capítulo 4 é dedicado ao estudo das fontes da CBAN. São analisadas todas as informações compiladas no texto e, através dessa análise, é possível compreender como se relaciona com a historiografia medieval portuguesa. A fonte conhecida mais estudada até agora é a *Crónica de Portugal de 1419*, escrita numa época e contexto semelhantes aos da CBAN. A relação entre os dois textos foi já estudada por Filipe Alves Moreira¹⁷ na sua dissertação de doutoramento. No entanto, neste capítulo, algumas das suas conclusões são revistas, questionando-se se a *Crónica de Portugal de 1419* foi, de facto, a mais importante das fontes utilizadas na redação da CBAN. De seguida, é também analisada a relação entre esta crónica e a *Primeira Crónica Portuguesa*, dando continuidade às conclusões já apresentadas no capítulo 3. Contém ainda um subcapítulo dedicado à lição Moliana, que surge apenas na CBAN. Esta lição é singular

16 “IVª Crónica Breve de Santa Cruz de Coimbra: a primeira crónica portuguesa”, in *Obras Pioneiras da Cultura Portuguesa: primeiros textos de pré-história, história e heráldica*, vol. 2, ed. Filipe Alves Moreira, Luísa Paolinelli (Maia: Círculo de Leitores, 2018), 13-35.

17 Filipe Alves Moreira, “A Crónica de Portugal de 1419: fontes, estratégias e posteridade” (Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010): 239-244.

não só por se distinguir das de outros textos historiográficos medievais, mas também porque é conjugada com a informação segundo a qual Afonso Henriques casou com uma descendente de um rei de Castela. É, por isso, examinada a transmissão dessa lição na historiografia medieval portuguesa e definida a posição que a CBAN ocupa na mesma.

Ainda no capítulo 4 são também investigadas outras possíveis fontes da CBAN. A primeira é a *Crónica de Espanha de 1344*, que pode ter sido conhecida pelo autor da CBAN, ainda que essa ligação se demonstre complexa devido ao detalhe informativo maior que a segunda contém. De seguida, é analisada a relação da CBAN com os Anais portugueses, sugerida já por Lindley Cintra¹⁸. Os textos em estudo são o *Chronicon Lusitano* e o *Livro da Noa*. Estes dois textos abrem novas perspetivas quanto à relação da CBAN com a historiografia portuguesa, uma vez que é possível identificar coincidências em algumas datas. Contudo, a complexidade da transmissão dos testemunhos dos Anais que atualmente se conhecem levanta também algumas incertezas quanto ao texto analítico concreto que a CBAN conheceu.

Por fim, são examinadas as únicas fontes mencionadas no texto da CBAN: o testamento de Dinis e a ordenação do mosteiro de Odivelas. Esta referência surge no final da crónica, quando é afirmado que Dinis deixou registado que a eleição da abadessa desse mosteiro cabia ao rei e seus descendentes. Porém, nenhum dos documentos citados contém a mesma informação. Assim, é necessário identificar o motivo pelo qual foi incluída, o que será feito atentando em particular à investigação realizada por Luís Miguel Rêpas acerca do mosteiro de Odivelas¹⁹. Por conseguinte, é dada particular atenção à relação de Dinis com o mosteiro, bem como à eleição da abadessa realizada em 1426, que pode ter influenciado a inclusão da referência a Odivelas na crónica.

O capítulo 5 aborda a redação da CBAN. Encontra-se dividido em três partes: na primeira parte debate-se a datação da crónica; na segunda aborda-se o contexto em que a redação ocorre; e a terceira é dedicada à tipologia textual da crónica. Quanto à datação, é inicialmente explicado que dois distintos sistemas convivem no texto da

18 Luís Filipe Lindley Cintra, "Introdução", in *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. 1 (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1951), CCCLII-CCCLIII.

19 Luís Miguel Rêpas, "As Abadessas Cistercienses na Idade Média: identificação, caracterização e estudo de trajetórias individuais ou familiares", *Lusitânia Sacra* 2ª série, nº17 (2005): 63-91; Luís Miguel Rêpas, "Esposas de Cristo: as comunidades cistercienses femininas na Idade Média", vol. 2, tomo 2 (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra, 2021), 407-438; Luís Miguel Rêpas, "As Abadessas e as Monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis", in *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais* (Odivelas: Câmara Municipal de Odivelas, 2021), 651-77.

crónica, procurando-se entender o motivo que levou a essa opção por parte do autor. De seguida são questionadas três possibilidades quanto à redação e datação da crónica: se a data de 1429 foi mal interpretada e a crónica foi redigida em 1391; se a data está correta, mas o texto que conhecemos está incompleto, ou seja, se originalmente a cronologia do texto alcançaria o reinado de Pedro I, ou Fernando I, ou João I; se se encontra completa e, como tal, foi originalmente redigida após a morte de Dinis, tendo sido em 1429 copiada para o Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

A segunda parte do capítulo 5 aborda o contexto em que ocorre a redação da CBAN. Apesar de a sua autoria não ser conhecida, é, ainda assim, possível entender quem foram os intervenientes no manuscrito em que está inserida. Para tal, são debatidas tanto a possível autoria burocrática do texto, como a organização da Torre do Tombo na época da escrita. Este tema relaciona-se com o estudo apresentado no capítulo 2, uma vez que através do estudo codicológico foi possível identificar como e por quem foi composto o manuscrito do Livro 4 de Inquirições de Afonso III.

Na última parte do capítulo é abordada a tipologia textual da CBAN. Neste estudo são, em primeiro lugar, comparados todos os textos designados como «crónica breve», procurando entender-se se essa designação corresponde a uma tipologia textual que justifique que esses textos partilhem um título. São ainda apresentadas algumas das definições de crónicas, anais, sumários ou genealogias por autores que se dedicaram ao estudo das tipologias textuais medievais²⁰ ou ao estudo de uma em particular²¹. É retomado o tema do capítulo 1, que contém a análise das designações que a CBAN conheceu até agora, uma vez que todas sublinham diferentes propriedades relativamente à redação e finalidade do texto.

Por fim, o último capítulo da dissertação aborda a receção da CBAN nos seus três testemunhos conhecidos: a versão refundida do *Tratado Geral da Nobreza* do final do século XVI²²; a cópia de António Brandão, do século XVII, no manuscrito 121 do fundo

20 Hayden White, “The value of narrative in the representation of reality”, *Critical Inquiry* 7 (1980): 5-27; Gabrielle M. Spiegel, “Genealogy: form and function in medieval historical narrative”, *History and Theory* vol. 22, nº1 (1983): 43-53.

21 Jean-Pierre Jardin, “Sommes et chroniques castillanes du XIVE siècle. Une historiographie ignorée?”, *e-Spania*, 6 (2008). <https://doi.org/10.4000/e-spania.17463>; Blanca Garrido Martín, “La Atalaya de las Corónicas (1443) de Alfonso Martínez de Toledo: edición crítica y estudio lingüístico” (Dissertação de Doutoramento, Departamento de Lengua Española, Lingüística y Teoría de la Literatura da Universidade de Sevilla, 2016), 155-156.

22 Biblioteca Pública Municipal do Porto (B.P.M.P.), M-FA-80, *Tratado Geral de Nobreza*, ff. 115r-116v; *Tratado Geral de Nobreza por António Rodrigues principal Rei de Armas «Portugal» de D. Manuel I*, ed. Afonso de Dornelas (Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1931), 138-140.

de Alcobaça da Biblioteca Nacional de Portugal²³; a cópia de José de Cristo, da primeira metade do mesmo século, no manuscrito 86 do fundo de Santa Cruz de Coimbra da Biblioteca Pública Municipal do Porto²⁴. Neste capítulo são analisadas primeiro as cópias, sendo, posteriormente, dada maior atenção ao texto da refundição. É incluída a colação dos três testemunhos, acompanhada ainda por uma simples, mas necessária, proposta de *stemma*. Para tal, cada um dos testemunhos é analisado individualmente, sendo observadas as características da refundição e o motivo de os outros dois serem considerados cópias da versão de 1429.

Adicionalmente, e como foi já mencionado, a dissertação inclui em anexo uma nova edição da CBAN, da qual constarão os objetivos e critérios editoriais na base da sua concretização.

5. Conclusões Provisórias²⁵

Cada uma das metodologias utilizadas permitiu que tenham sido apresentadas conclusões em cada capítulo, acerca das quais foi feita uma reflexão conjunta nas considerações finais da dissertação. É possível, desde já, resumir algumas dessas considerações. Em primeiro lugar, pode afirmar-se que a *Crónica Breve do Arquivo Nacional* foi produzida na Torre do Tombo. Ainda que na dissertação se deva questionar a datação do texto, uma vez que termina em Dinis, enquanto o proémio afirma que iria até 1429, não será argumentado que a data registada não seja a da escrita. Na realidade, a utilização de dois sistemas de datação, bem como a questão da eleição no mosteiro de Odivelas, e ainda a utilização de verbos cuja difusão ocorreu no século XIV, parecem indicar que a crónica tenha sido redigida em 1429 ou pouco antes.

A fonte principal da redação foi a *Primeira Crónica Portuguesa*, pois foi utilizada como modelo estrutural da construção do texto e como fonte de muitas das informações nela contidas. A *Crónica de Portugal de 1419* foi também uma fonte fundamental, uma vez que o autor do texto parece ter necessitado de consultar um texto que fosse contemporâneo à sua própria escrita e incluísse as informações tidas

23 Biblioteca Nacional de Portugal (B.N.P.), ALC. 121, Miscelânea Histórica, António Brandão, ff. 91-94.

24 Biblioteca Pública Municipal do Porto (B.P.M.P.), Ms. 86, Miscelânea referida ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 389-392.

25 Optou-se, neste artigo, pela manutenção das conclusões provisórias apresentadas no XV Workshop de Estudos Medievais, em abril de 2023, e não as conclusões finais defendidas em setembro do mesmo ano. Estas conclusões provisórias refletem as questões acerca das quais mais me debrucei ao longo da dissertação e, por esse motivo, parece-me mais adequado que acompanhem este artigo.

como verdadeiras nessa época. No entanto, ao recorrer também aos textos analísticos da historiografia medieval portuguesa, é possível também afirmar que foram favorecidas na compilação as fontes mais antigas, provavelmente tidas como mais credíveis. A preocupação com a validade da informação, reiterada no proémio, é consistente com esta conjugação de fontes, entre as antigas, mais consolidadas enquanto fonte de autoridade, e as coevas, que melhor retratavam a verdade de acordo com o pensamento da época da redação da crónica.

Esta preocupação torna-se, porém, algo enigmática quando investigada a questão da eleição da abadessa do mosteiro de Odivelas. No entanto, é possível que, apesar de os documentos citados na CBAN não conterem a mesma informação, a reiteração de que cabia ao rei a escolha da abadessa não seja inautêntica. A sua inclusão na crónica pode consistir numa tentativa de registar uma ação que seria de conhecimento comum. Essa menção, que serve de conclusão à crónica, pode estar relacionada com a eleição que se realizou em 1426, na qual foi escolhida Guiomar Anes após a morte de Aldonça Pimentel, a última abadessa de uma família que tinha dominado a governação do mosteiro nas décadas anteriores²⁶.

Por último, é possível concluir que a CBAN conheceu uma maior divulgação após a Idade Média do que a sua brevidade e relativa obscuridade pode levar a crer. A refundição do *Tratado Geral da Nobreza* aponta para a reutilização do texto na sua vertente legitimativa. Assim sendo, a crónica continuava a ser considerada uma compilação de informações fidedignas, mesmo quando era necessário moldá-las de acordo com os propósitos de outra época. Também as cópias demonstram uma continuidade dialogal acerca das informações contida na crónica, uma vez que comentam e corrigem as informações nela contidas.

26 Luís Miguel Rêpas, “Esposas de Cristo: as comunidades cistercienses femininas na Idade Média”, vol. 2, tomo 2 (Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Coimbra, 2021), 410.